

Universidades Lusíada

Dias, Mário Caldeira, 1951-

Questões relativas à análise do emprego e do desemprego

<http://hdl.handle.net/11067/7461>

<https://doi.org/10.34628/34YF-1Y18>

Metadados

Data de Publicação

2023

Resumo

Este texto procura tratar as questões que se colocam respeitantes à análise do emprego e do desemprego. Procura analisar as várias dimensões destas variáveis, estabelecer as diferenças entre emprego e trabalho. Procura identificar as especificidades do mercado de trabalho e as fontes estatísticas e clarificar a sua natureza. Caracteriza as políticas de emprego e o seu papel na intervenção pública. Trata dos fluxos entre as variáveis relevantes, bem assim como das questões mais directamente re...

This text tries to deal with the question about the analyzis of employment and unemployment. Tries also to analyze the several dimentions of employment and unemployment and establish the diferences between labour and employment. Tries to identify the specificities of the labor market and the statistics sources end its nature. Characterizes the employment policies and its role in public policies. Deals with the interaction of the relevant variables and also the questions more related with emplo...

Editor

Universidade Lusíada Editora

Palavras Chave

Criação de empregos - Portugal, Emprego - Portugal, Desemprego - Portugal

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 35 (2023)

Esta página foi gerada automaticamente em 2026-10-29T21:02:09Z com informação proveniente do Repositório

QUESTÕES RELATIVAS À ANÁLISE DO EMPREGO E DO DESEMPREGO

ISSUES RELATING TO ANALYSING EMPLOYMENT AND UNEMPLOYMENT

Mário Caldeira Dias

Ex-Director da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa

mcdias@lis.ulusiada.pt

Orcid: 0000-0001-9210-374

DOI: <https://doi.org/10.34628/34YF-1Y18>

Data de submissão / Submission date: 07/02/2024

Data de aprovação / Acceptance date: 22/03/2024

Resumo: Este texto procura tratar as questões que se colocam respeitantes à análise do emprego e do desemprego. Procura analisar as várias dimensões destas variáveis, estabelecer as diferenças entre emprego e trabalho.

Procura identificar as especificidades do mercado de trabalho e as fontes estatísticas e clarificar a sua natureza.

Caracteriza as políticas de emprego e o seu papel na intervenção pública. Trata dos fluxos entre as variáveis relevantes, bem assim como das questões mais directamente relacionadas com o emprego.

Palavras-chave: Emprego; Desemprego; População activa; Mercado de trabalho; Políticas de emprego; Formação profissional.

Abstract: This text tries to deal with the question about the analyzis of employment and unemployment. Tries also to analyze the several dimentions of employment and unemployment and establish the diferences between labour and employment.

Tries to identify the specificities of the labor market and the statistics sources end its nature.

Characterizes the employment policies and its role in public policies. Deals with the interaction of the relevant variables and also the questions more related with employnet.

Keywords: Employment; Unemployment; Labor force; Labour market; Vocacional training.

Na medida em que o desemprego se constitui tendo como referência a situação de emprego, passaremos, em termos genéricos, a referir-nos apenas ao emprego, excepto quando a questão for especificamente a do desemprego.

Este artigo tem uma orientação pedagógica no sentido de procurar esclarecer algumas questões que facilitem uma melhor compreensão destes fenómenos por parte dos interessados.

1. Dimensões da variável emprego

O emprego é uma variável pesada no sentido em que engloba dimensões económicas, sociais, humanas, políticas.... Por outro lado, pode ser considerado numa perspectiva macro, meso ou micro. Do ponto de vista micro respeita aos indivíduos e famílias. Na óptica do desemprego tem um efeito significativo sobre a quebra de rendimentos, a pobreza, o endividamento, os comportamentos aditivos, o divórcio, as doenças... resvalando, em muitos casos, para a exclusão. No entanto o emprego é compatível com a situação de pobreza para níveis salariais muito baixos. Como se costuma dizer, para um desempregado o desemprego é 100%.

O nível meso relaciona-se com regiões e sectores de actividade que têm dinâmicas diversas porque o emprego, como muitas outras variáveis, não tem uma distribuição homogénea e tanto mais que os diferentes sectores se distribuem de uma forma desigual pelo território.

O domínio macro é o mais presente na discussão pública e política na medida em que traz à colação indicadores como as taxas de desemprego e a taxa de emprego ou de actividade enquanto avaliadores da situação concreta do mercado de trabalho, embora se duvide que a taxa de desemprego, por si só, permita uma boa análise da referida situação concreta do mercado de trabalho.

2. Trabalho e emprego

Embora, normalmente, se usem indiferentemente os termos mercado de trabalho ou mercado de emprego é evidente que cobrem realidades diferentes.

O trabalho refere-se a qualquer actividade económica independente do seu enquadramento legal ou da sua natureza formal ou informal.

Já o emprego, enquanto ocupação de um posto de trabalho, pressupõe um conjunto de condições jurídicas, logísticas e técnicas.

Por isso podem existir pessoas:

- Com trabalho e com emprego – a melhor das situações;
- Sem trabalho e sem emprego – a pior das situações;
- Com trabalho e sem emprego – por exemplo a economia informal ou clandestina;
- Sem trabalho e com emprego – por exemplo pessoas de férias ou temporariamente doentes mas que mantêm o seu vínculo laboral.

3. Especificidade do mercado de trabalho

Existe, de facto, um mercado de trabalho porque existe uma oferta e uma procura e uma forma de ajustamento que produz como resultado um equilíbrio que determina uma quantidade e um preço que no caso vertente é o salário.

O mercado de trabalho também exerce as mesmas funções – informa, regula e distribui recursos – só que de forma bem mais complexa. Consiste num mercado específico com um nível de regulamentação bastante mais elevado que se deve à natureza dos recursos humanos. São recursos económicos mas, ao mesmo tempo, humanos.

O número e subjectividade das informações a recolher sobre as pessoas e sobre os postos de trabalho transcendem largamente as quantidades e os preços.

Procura de emprego → Custos da procura, salário, vantagens sociais, prémios, reforma. Localização, custo de vida, custo de transportes.

Características do posto de trabalho – posição social, interesse, ritmo, cadência, perspectivas de carreira.

Modo de vida – tempos livres, possibilidade de estudar, proximidades familiares e afectivas.

Oferta de emprego → Custos de procura e admissão.

Emprego – regalias sociais, seguros, H.S., cotizações, formação, custo da rotura da relação.

Admissão – qualificação, características pessoais, origem social, idade, sexo, morada ...

No emprego – produtividade, disciplina, capacidade de relação, confiança, absentismo e greve, enquadramento sindical.

A regulação vê-se confrontada com fenómenos de desencorajamento, subsídio de desemprego, desemprego voluntário, descapitalização pessoal, normas salariais, programas sociais...

A afectação de recursos é condicionada pelos fenómenos que afectam a mobilidade profissional e geográfica – qualificações, desinserção afectiva e familiar, mudanças de habitação, condições ambientais, acessibilidades. Aliás o que nos afasta do conceito de região económica óptima é essencialmente, a mobilidade dos recursos humanos.

Contudo uma das maiores diferenças reside na natureza do acto de troca. Não consiste numa troca instantânea de um bem ou serviço pelo seu valor monetário. O acto de troca no mercado de trabalho é mais a celebração de um compromisso sobre direitos e deveres mútuos, para o futuro. É como que um casamento que pode ou não levar ao divórcio.

Se quisermos usar, em alternativa, o conceito de mercado de emprego, que deixa de fora algumas formas de actividade económica, teremos que adaptar a natureza da oferta e da procura. Assim, os trabalhadores procuram emprego e oferecem trabalho ao passo que os empregadores oferecem emprego e procuram trabalho.

No presente artigo utilizaremos as expressões mercado de trabalho ou de emprego de forma indiferente.

4. Fontes estatísticas nacionais

4.1. INE

As duas fontes essenciais são os Serviços Públicos de Emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o (Instituto Nacional de Estatística (INE) que usam abordagens diferentes não comparáveis, a não ser para os valores globais, na medida em que usam metodologias completamente diversas.

No caso do INE, é conduzido um inquérito na semana seguinte às semanas de referência distribuídas previamente ao longo de todo o ano. Produz estimativas mensais e trimestrais.

No Portal do INE encontra-se a definição dos conceitos relevantes,

Nomeadamente os de empregado, desempregado, população em idade activa, população activa e inactiva.

O empregado deve ter trabalhado pelo menos uma hora. Este critério pode ser sujeito a variações de país para país e aparece mais em países com um elevado nível de trabalho informal.

Também será empregado se tiver uma ligação formal a um emprego ou trabalho, mesmo que temporariamente não esteja a trabalhar.

Por sua vez o desempregado não tem trabalho, está disponível para trabalhar e, “last but not the least” tinha procurado activamente trabalho nas 3 semanas anteriores.

A população em idade activa é a que se situa entre os 16 e os 79 anos de acordo com uma recente (2021) harmonização com os conceitos da União Europeia (o anterior critério era 15 e +anos). Em qualquer dos casos está incluída a perspectiva do envelhecimento activo. A população activa consiste na população em idade activa menos os estudantes, reformados, desencorajados (procuram trabalho mas não estão disponíveis) e os disponíveis para trabalhar, mas que não procuraram emprego na semana de referência. Todos estes mais os que estão fora da idade activa são a população inactiva. A População activa inclui, em termos genéricos os empregados e os desempregados.

O encorajamento dos desencorajados pode provocar uma flexibilidade conjuntural do âmbito da população activa. Ao mesmo tempo, verdadeiros desempregados podem passar para os inactivos disponíveis tornando a taxa de desemprego um indicador menos fiável.

O nível de subutilização do trabalho pode abranger os desempregados, o subemprego visível (subemprego a tempo parcial), os desencorajados e os disponíveis sem procura de trabalho.

Os dados do INE tornam possível o cálculo de taxas médias ponderadas para todo o país, na medida em que através da extrapolação de uma amostra significativa conseguem abranger os universos estatísticos relevantes.

As taxas mais significativas são: a taxa de desemprego (pop. desempregada/pop. activax100), a taxa de emprego (pop. empregada/pop. em idade activax100), a taxa de actividade (pop. activa/pop. em idade activax100) e inactividade (pop. inactiva/pop. em idade activax100) e a taxa de subutilização do trabalho.

Esta última é igual à pop. desempregada+subemprego (subemprego visível) a tempo parcial+inactivos à procura de emprego mas não disponíveis (desencorajados), inactivos disponíveis que não procuram/pop. activa alargada, que inclui os activos empregados e desempregados os inactivos desencorajados e os disponíveis que não procuram empregox100. De uma forma mais simples a taxa de subutilização do trabalho é a parte da pop. activa subutilizada na população activa alargada.

Claro que a taxa de desemprego é, de longe, a que tem maior peso sócio político, embora a taxa de subutilização da pop. activa seja o mais fidedigno para representar a situação concreta do mercado de trabalho. A taxa de desemprego é muito condicionada pelo desencorajamento, pelas migrações e pelos inactivos disponíveis porque um desempregado à procura de emprego não procura todas as semanas durante muito tempo. Quanto mais tempo de desemprego menos isso acontece. Estes inactivos são actualmente cerca de 100.000 mas na crise de 2009-2013 ultrapassaram os 300.000. Se todos os desempregados fossem emigrantes, desencorajados ou inactivos disponíveis, a taxa de desemprego seria sempre zero.

4.2. IEFP

O IEFP constitui uma fonte estatística completamente diversa de tal forma que os dados não são comparáveis, a não ser para a evolução global, mesmo assim diversa, na medida em que radica em métodos e objectivos diversos.

Só estão em causa as pessoas com idade igual ou superior a 16 anos que se dirigem a um Centro de Emprego de âmbito local à procura de um emprego por conta de outrem que pode ser um novo ou um 1º emprego. Também podem ser pessoas empregadas à procura de um novo emprego. No caso do INE a procura de uma actividade empresarial também conta como critério de procura. No caso do IEFP o critério é o contacto com o Centro de Emprego.

Estes contactos dão, de forma contínua, origem a registos individuais e, por isso, se chama desemprego registado.

Também são registados os valores das ofertas de emprego e das colocações efectuadas.

Os movimentos de entrada e saída são consolidados em stocks no final de cada mês.

As estatísticas acabam por ser um subproduto do trabalho administrativo dos Centros de Emprego feito a partir de dados individuais. Se a produtividade ou o tempo de trabalho dos Técnicos de Emprego aumentar o desemprego registado pode diminuir e vice-versa.

As ventilações mais relevantes, também presentes no INE, são a idade, o sexo e a região a que poderemos juntar as qualificações ou habilitações, os sectores de actividade e as profissões.

Os dados do IEFP não permitem o cálculo de taxas na medida em que o universo de referência são apenas as pessoas que foram ao Centro de Emprego e não os valores totais das variáveis em causa.

5. As medidas

O IEFP (e a Segurança Social nalguns casos) tem à disposição vários tipos de medidas de políticas de emprego e formação que se resumem nos seguintes tipos:

- Medidas passivas centradas na procura – p.ex. o subsídio de desemprego, programas ocupacionais ou o RSI. Claro que a obrigatoriedade de procura de emprego representa uma componente activa;
- Medidas activas centradas na procura – p. ex. as colocações;
- Medidas activas centradas na oferta – apoio à contratação ou apoio à criação de actividades económicas. Claro que as medidas centradas na oferta resolvem, simultaneamente os problemas da procura;
- Medidas activas de emprego-formação de formação-emprego- p.ex. a formação inicial e contínua, os estágios, a aprendizagem.

As políticas de emprego e formação são políticas específicas na medida em que assumem instrumentos e objectivos específicos subordinados aos objectivos da política macroeconómica. Como não podem abranger toda a gente têm que definir critérios de selecção. Por isso são selectivas e complementares, na perspectiva do emprego, a outras perspectivas mais orientadas para a produtividade e para a competitividade. Os critérios de selecção orientam-se para os grupos com maiores dificuldades no mercado de trabalho.

O que distingue as medidas do IIEFP das de outras instituições é o facto de ter que existir sempre uma perspectiva de emprego associada. O critério da empregabilidade é sempre fundamental.

Para este efeito consideram-se medidas passivas as que procuram uma sustentação do rendimento sem alternativas à situação do beneficiário. Ao contrário, as medidas activas procuram encontrar uma alternativa à situação do beneficiário.

6. Os fluxos

O mercado de trabalho é uma realidade dinâmica que estabelece fluxos entre as variáveis associadas, nomeadamente as mais significativas.

As variáveis mais relevantes são: o exterior, a população activa e inactiva e dentro da população activa, o emprego e o desemprego:

- Fluxos entre o país e o exterior – as imigrações e as emigrações. As pessoas que emigram podem sair do emprego, do desemprego e da população inactiva. As pessoas que imigram podem entrar no emprego, no desemprego ou na população inactiva;
- Fluxos da população activa para a inactiva – abandono da procura de trabalho, reforma, saídas temporárias, emigração e morte.
- Fluxos da população inactiva para a activa – procura de 1º emprego, reentradas, imigração.
- Fluxos do emprego para o desemprego – excesso de trabalhadores face às necessidades, despedimentos, abandono, lay-off.
- Fluxos do desemprego para o emprego – entrada em novos postos de trabalho, retorno aos postos de trabalho anteriores ou outros.

7. Variáveis mais próximas da variável emprego

O Centro de Relações Laborais – CRL produz semestralmente e anualmente um Relatório sobre Emprego e Formação. A questão será que tipo de variáveis mais relevantes devem ser incluídas ou que pertencem às determinantes estruturais da oferta e da procura de trabalho, ou que são as consequências mais importantes do funcionamento do mercado de trabalho ou até variáveis mais

directamente correlacionadas (proxies).

Listamos algumas dessas variáveis e a respectiva justificação:

- Emprego e desemprego de acordo com as características relevantes – sexo, idade, região, profissões, qualificações, profissão... e respectivos fluxos tendo em conta a população activa, inactiva, subutilizada, taxas...;
- Contexto macroeconómico nacional e europeu e, porventura, mais alargado se tal for relevante. No contexto macroeconómico é particularmente importante o crescimento económico do qual resulta o nível de emprego tendo em consideração a evolução da produtividade;
- A estrutura empresarial na qual se inserem os postos de trabalho nos vários sectores e regiões e com as respectivas características;
- Os ganhos e remunerações na medida e que o trabalho é a fonte primária de todos os rendimentos que estabelecem a principal ligação entre a economia, os indivíduos, famílias e sociedade;
- Outputs do sistema educativo e formativo (público, privado e financiado por dinheiros públicos) que abrange o sistema formal de “produção de qualificações”. Junta à procura de emprego a sua dimensão qualitativa.
- Fluxos migratórios que alteram a composição da população activa, do emprego e desemprego;
- Emprego na Função Pública enquanto parte substancial do mercado de trabalho (12%) com influência na evolução dos salários privados;
- Políticas de emprego e formação que exercem uma influência significativa nas dinâmicas do mercado de trabalho;
- Outras questões como o trabalho temporário, o absentismo e os acidentes de trabalho.

Documentação consultada

Relatório Anual sobre Emprego e Formação do Centro de Relações Laborais do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social de 2022.

Estimativas mensais e trimestrais sobre o Emprego do INE nos aspectos metodológicos

Estatísticas Mensais do IEFP nos aspectos metodológicos.

Bibliografia

- Dias, M., C. - (1997) – avaliação das Políticas de Emprego e Formação – Edição IEFP.
- Mallet, L. (1980) – Le Marché Local du Travail – Edição CNRS.
- Nellis, J. G.; Parker, D. (2004) – Principles of Macroeconomics – Edição Prentice Hall.
- Dias, M. C. – Os serviços Públicos de Emprego – Texto para uso pedagógico interno.